

Anexo I - Quadro de Vagas

Cargo	Total	Ampla concorrência	Portadores de deficiência	Negros e Índios
Analista do Ministério Público: Área Administrativa	15	11	1	3
Analista do Ministério Público: Área Processual	14	10	1	3
Técnico do Ministério Público: Área Administrativa	120	90	6	24
Técnico do Ministério Público: Área Notificação e Atos Intimatórios	6	4	1	1
Total	155	115	9	31

Anexo II - Quadro de Provas

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Analista do MP: Área Administrativa	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,0	35,00	16,00
		Noções de Informática	5	1,0	5,00	1,00
		Organização do Ministério Público	20	1,0	20,00	10,00
		Direito Constitucional	20	1,0	20,00	10,00
		Direito Administrativo	20	1,0	20,00	10,00

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Analista do MP: Área Processual	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,0	35,00	18,00
		Noções de Informática	5	1,0	5,00	1,00
		Organização do Ministério Público	15	1,0	15,00	08,00
		Direito Penal e Pocsual	15	1,0	15,00	08,00
		Direito Público – Administrativo e Constitucional	15	1,0	15,00	08,00
		Direito Privado – Civil e Processual Civil	15	1,0	15,00	08,00

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Técnico do MP: Área Administrativa	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,25	43,75	22,5
		Noções de Informática	5	1,25	6,25	1,25
		Organização do Ministério Público	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Constitucional	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Administrativo	10	1,25	12,50	6,25

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Técnico do MP: Área Notificação e Atos Intimatórios	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,25	43,75	22,5
		Noções de Informática	5	1,25	6,25	1,25
		Organização do Ministério Público	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Constitucional e Administrativo	10	1,25	12,50	6,25
		Noções de Direito Processual Civil e Processual Penal	15	1,25	18,75	10,00

Anexo III – Conteúdos Programáticos

Língua Portuguesa (comum a todos os cargos)

1. Compreensão e interpretação de textos;
2. Conhecimento das estruturas específicas dos modos de organização discursiva;
3. Valor semântico das palavras e expressões contidas nos textos;
4. Sentido figurado: metáfora e metonímia;
5. Coesão e coerência;
6. Reescrita de textos: síntese, ampliações, uso dos conectivos, discurso direto e indireto;
7. Ortoepia e prosódia;
8. Ortografia: emprego das letras, acentuação gráfica, divisão silábica;
9. Classes de palavras;
10. Emprego do pronome relativo;
11. Flexão nominal: gênero, número e graus dos nomes;
12. Flexão verbal: conjugação dos verbos regulares, irregulares, auxiliares, tempos compostos, locuções verbais, vozes verbais;
13. Sintaxe de concordância e regência: nominal e verbal;
14. O fenômeno da crase;
15. Termos da oração;
16. Sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos;
17. Pontuação;
18. Semântica: sinonímia, antonímia, paronímia e homonímia;
19. Aferição quanto ao uso pelo candidato dos padrões aceitos como corretos no registro culto do idioma.

Noções de Informática (comum a todos os cargos)

1. Internet

- 1.1. Fundamentos;
- 1.2. E-mails;
- 1.3. Browsers: Internet Explorer/Mozilla Firefox;
- 1.4. Conteúdo da Internet;
- 1.5. Comunidades Virtuais – listas, chats e outros;
- 1.6. Navegação Segura;
- 1.7. Web 2.0 e aplicativos on-line;
- 1.8. Comunicação.

2. Word

- 2.1. Manipulação de documentos;
- 2.2. Formatação e edição;
- 2.3. Tabelas e listas;
- 2.4. Ortografia e idioma;
- 2.5. Formulários e caixas de diálogo;
- 2.6. Manipulação de documentos extensos;
- 2.7. Mala direta.

3. Excel

- 3.1. Manipulação de planilhas e pastas;
- 3.2. Fórmulas e funções;
- 3.3. Manipulação e apresentação de dados;
- 3.4. Gráficos e desenhos;
- 3.5. Importação e exportação de dados;
- 3.6. Proteção de planilhas e dados;
- 3.7. Tabelas dinâmicas.

Organização do Ministério Público (comum a todos os cargos)

1. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988: princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais;
2. Organização do Ministério Público: Lei nº 8625/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e Lei Complementar nº 113/06;
3. Regime Jurídico dos servidores do Ministério Público: Decreto-Lei Estadual 220/75 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro); Decreto Estadual 2.479/79 (Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis); Lei nº 5891/2011 - que dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
4. Lei Estadual 5.260/08 – dispõe sobre o regime de previdência de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Cargo de Analista: Área Administrativa

Direito Constitucional

1. Constituição (conceitos, classificação e supremacia); Princípios Constitucionais;
2. Os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário e as funções essenciais à justiça;
3. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);

4. A Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária (Tribunais de Contas);
5. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual – Princípios institucionais;
6. Controle de Constitucionalidade;
7. Interpretação e hermenêutica constitucional;
8. Ordem econômica e financeira.

Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
3. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
4. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
5. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
6. Restrições do Estado sobre a propriedade privada;
7. Serviços Públicos;
8. Responsabilidade Extracontratual do Estado;
9. Controle da Administração Pública;
10. Mandado de Segurança;
11. Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

Cargo de Analista: Área Processual

Direito Penal

1. Conceito do Direito Penal. Fontes do Direito Penal;
2. Interpretação da Lei Penal. Da Analogia;
3. Da Aplicação da Lei Penal. Do Princípio da Legalidade. Âmbito de Eficácia da Lei Penal. Âmbito de Eficácia Temporal da Lei Penal. Eficácia da Lei Penal no Espaço;
4. Conceito de Crime. Análise e Caracteres do Crime sob o aspecto formal. Do Sujeito Ativo do Crime. Do Sujeito Passivo do Crime;
5. Da Classificação das Infrações Penais. Da Qualificação Legal e Doutrinária dos Crimes;
6. Do Fato Típico. Da Conduta. Do Resultado. Da Relação de Causalidade. Teoria do Crime Doloso. Teoria do Crime Culposos. O Crime Preterdoloso;
7. Do Crime Consumado. Da Tentativa. Do Arrependimento Posterior. Do Crime Impossível;
8. Da Antijuridicidade. Das excludentes de antijuridicidade;
9. Do Concurso de Pessoas;

10. Da Culpabilidade. Da Imputabilidade. Da Potencial Consciência da Antijuridicidade. Da Exigibilidade da Conduta Diversa. Das Causas de Exclusão da Culpabilidade;
11. Da Sanção Penal. Das Penas Privativas de Liberdade. Das Penas Restritivas de Direitos. Da Pena de Multa. Das Medidas de Segurança;
12. Do Concurso de Crimes;
13. Da Suspensão Condicional da Execução da Pena (SURSI);
14. Do Livramento Condicional;
15. Da Extinção de Punibilidade. Causas Extintivas da Punibilidade;
16. Crimes contra Pessoa;
17. Crimes contra o Patrimônio;
18. Crimes contra a Dignidade Sexual;
19. Crimes contra a Honra;
20. Crimes contra a Fé Pública;
21. Crimes contra a Administração Pública;
22. Crimes contra a Administração da Justiça;
23. Lei n.º 4.898/65 (Abuso de Autoridade);
24. Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal);
25. Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
26. Lei n.º 8.072/90 (Crimes Hediondos);
27. Lei n.º 8.666/93 (Crimes de Licitação);
28. Lei n.º 9.034/95 (Crime Organizado);
29. Lei n.º 9.455/97 (Lei de Tortura);
30. Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
31. Lei n.º 9.605/98 (Meio Ambiente);
32. Lei n.º 9.613/98 (Lavagem de Capitais);
33. Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento);
34. Lei n.º 11.340/06 (Violência Doméstica);
35. Lei n.º 11.343/06 (Lei de Tóxicos).

Direito Processual Penal

1. Sistemas processuais penais. Princípios processuais penais;
2. Aplicação e interpretação da lei processual;
3. Persecução penal. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público. Investigação defensiva;
4. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;
5. Condições da Ação. Pressupostos processuais;

6. A Ação Penal. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Ação Penal privada Subsidiária da Pública;
7. Competência. Jurisdição;
8. Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Interceptação telemática. Escuta ambiental;
9. Efeitos civis da sentença penal. Reparação do dano *ex delicto*. Ação civil e execução civil da sentença penal;
10. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Imputado. Defensor. Assistente de acusação. Peritos. Assistentes técnicos;
11. Questões e processos incidentes;
12. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação;
13. Teoria geral do procedimento. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01). Procedimento dos Crimes Dolosos Contra a Vida. Procedimento da Lei de Violência Doméstica (Lei nº 11.340/06);
14. Nulidades;
15. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Liberdade; Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11); Medidas cautelares reais;
16. Decisão. Sentença Penal. Despacho. Princípio da correlação entre a acusação e sentença. Aditamento. Coisa julgada;
17. Teoria geral dos recursos. Princípios básicos. Recursos em espécie;
18. Ações autônomas de impugnação;
19. Execução penal. Conceitos básicos;
20. Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores;
21. Identificação criminal.

Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
3. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
4. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
5. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
6. Restrições do Estado sobre a propriedade privada;
7. Serviços Públicos;
8. Responsabilidade Extracontratual do Estado;

9. Controle da Administração Pública;
10. Mandado de Segurança;
11. Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

Direito Constitucional

1. Constituição (conceitos, classificação e supremacia); Princípios Constitucionais;
2. Os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário e as funções essenciais à justiça;
3. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
4. A Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária (Tribunais de Contas);
5. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual – Princípios institucionais;
6. Controle de Constitucionalidade;
7. Interpretação e hermenêutica constitucional;
8. Ordem econômica e financeira.

Direito Civil

1. As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma;
2. Aplicação da lei no tempo e no espaço. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos;
3. Prescrição e decadência;
4. Pessoa física. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade;
5. Pessoas jurídicas. A empresa e o estabelecimento comercial;
6. Do Domicílio;
7. Os bens. Prestações, títulos e direitos. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Bem de família;
8. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores;
9. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigação indivisível. Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão;
10. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse;
11. Do Estatuto da Terra. Do Parcelamento do Solo. Usucapião. Registros Públicos. Finalidade. Efeitos do registro público;

12. A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica;
13. Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Casamento: celebração e provas. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular;
14. Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Separação judicial;
15. Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos;
16. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso;
17. União Estável: Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro;
18. Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais;
19. Direitos autorais: direitos do autor;
20. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor;
21. Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade. Lei 8560/92;
22. Adoção: conceito. Adoção no Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente;
23. Poder familiar, Tutela e Guarda. Poder familiar. Exercício do poder familiar. Tutela. Efeitos da tutela. Alienação Parental. Lei 12.318/2010. Ausência;
24. Curatela: noções gerais. Espécies de curatela;
25. Estatuto da Criança e do Adolescente;
26. Ato ilícito. Responsabilidade civil. Seguro;
27. Estatuto do Idoso.

Direito Processual Civil

1. Direito Processual Civil. Fontes do Direito Processual Civil brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência;
2. Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça;
3. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Atos Processuais;
4. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à Justiça;
5. Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada;

6. Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
7. Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação judicial e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8.560/92;
8. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho;
9. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais;
10. Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela;
11. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento;
12. Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Liquidação. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal;
13. Recursos. Disposições gerais. Requisitos de Admissibilidade. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Recursos em espécie;
14. Apelação. Agravo. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Súmula Vinculante. Reclamação;
15. Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum;
16. Estatuto da Criança e do Adolescente;
17. Estatuto do Idoso.

Cargo de Técnico: Área Administrativa

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e deveres fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos; garantias constitucionais individuais, garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Princípios Constitucionais;
2. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
3. Poder Judiciário: disposições gerais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais e Juízes dos Estados;
4. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual;
5. Interpretação e hermenêutica constitucional.

Noções de Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Da Administração Pública: direta e indireta;

3. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
4. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
5. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
6. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
7. Serviços Públicos;
8. Controle da Administração Pública.

Cargo de Técnico: Área Notificação e Atos Intimatórios

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e deveres fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos; garantias constitucionais individuais, garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Princípios Constitucionais;
2. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
3. Poder Judiciário: disposições gerais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais e Juízes dos Estados;
4. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual;
5. Interpretação e hermenêutica constitucional.

Noções de Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Da Administração Pública: direta e indireta;
3. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
4. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
5. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
6. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
7. Serviços Públicos;
8. Controle da Administração Pública.

Noções de Direito Processual Civil

1. Direito Processual Civil. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência;
2. Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça;
3. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Dos atos processuais;
4. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à Justiça.

Noções de Direito Processual Penal

1. Sistemas processuais penais. Princípios processuais penais;
2. Aplicação e interpretação da lei processual;
3. Persecução penal. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público;
4. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;
5. Condições da Ação. Pressupostos processuais;
6. A Ação Penal. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Ação Penal privada Subsidiária da Pública;
7. Competência. Jurisdição;
8. Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie;
9. Sujeitos do processo;
10. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação;
11. Teoria geral do procedimento. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01). Procedimento dos Crimes Dolosos Contra a Vida. Procedimento da Lei de Violência Doméstica (Lei nº 11.340/06);
12. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Liberdade; Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11); Medidas cautelares reais;
13. Decisão. Sentença Penal. Despacho. Princípio da correlação entre a acusação e sentença. Aditamento. Coisa julgada;
14. Teoria geral dos recursos. Princípios básicos. Recursos em espécie;
15. Execução penal. Conceitos básicos.

Anexo IV – Cronograma Previsto

Evento	Data Prevista
Publicação do Edital	05 de setembro
Inscrições	08 de setembro até 11 de outubro
Pedido de solicitação da isenção do pagamento da taxa de inscrição	08 até 12 de setembro
Divulgação do resultado dos pedidos de isenção do pagamento	20 de setembro
Divulgação da homologação das inscrições	18 de outubro
Prazo para envio do e-mail para comprovação do pagamento da taxa de inscrição, nos casos de indeferimento da inscrição	18 até 21 de outubro
Consulta/Impressão do Cartão de Confirmação de Inscrição	10 até 19 de novembro
Aplicação da prova para Analista do Ministério Público	20 de novembro
Divulgação dos gabaritos das provas objetivas de Analista do Ministério Público	21 de novembro
Interposição de recursos contra os gabaritos da prova para Analista do Ministério Público	21 até 23 de novembro
Aplicação da prova para Técnico do Ministério Público	27 de novembro
Divulgação dos gabaritos das provas objetivas de Técnico do Ministério Público	28 de novembro
Interposição de recursos contra os gabaritos da prova para Técnico do Ministério Público	28 até 30 de novembro
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos e dos gabaritos definitivos da prova para Analista do Ministério Público	29 de novembro
Divulgação do resultado das provas objetivas para Analista do Ministério Público	30 de novembro
Interposição de recursos contra o resultado das provas para Analista do Ministério Público	30 de novembro até 02 de dezembro
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos e dos gabaritos definitivos da prova para Técnico do Ministério Público	05 de dezembro
Divulgação do resultado das provas objetivas para Técnico do Ministério Público	06 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso para Analista do Ministério Público	06 de dezembro
Interposição de recursos contra o resultado das provas para Técnico do Ministério Público	06 até 08 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso para Técnico do Ministério Público	12 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso no Diário Oficial	14 de dezembro

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Geral de Justiça
Concurso Público para Ingresso no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério
Público do Estado do Rio de Janeiro
Edital

O Presidente da Comissão de Concurso, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de Concurso Público para Ingresso no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a legislação pertinente e pelo estatuído no presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações, caso existam, e sua execução caberá à Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB, por intermédio da Diretoria de Projetos e Gestão do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro – DPG_CCMN/UFRJ.

1.2. O Concurso Público visa ao provimento do número de vagas definido no Anexo I deste Edital, ressalvada a possibilidade de acréscimo durante o prazo de validade do mesmo, de acordo com as necessidades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ.

1.3. A Comissão do Concurso do MPRJ será composta de 1 (um) Presidente, 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

1.3.1. Não poderão integrar a Comissão do Concurso do MPRJ cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, nos termos da lei civil, de candidatos inscritos.

1.3.2. Não poderá integrar a Comissão do Concurso do MPRJ quem exerce atividade de magistério ou de direção de cursos destinados à preparação de candidatos a Concursos Públicos, ou quem as exerceu nos 3 (três) anos anteriores à data de publicação deste Edital.

1.4. Aplica-se às Bancas Examinadoras o disposto nos subitens 1.3.1 e 1.3.2 deste Edital.

1.5. O Anexo I - Quadro de Vagas descreve a relação entre cargo x vagas disponíveis (quantidade total, vagas de ampla concorrência e vagas reservadas a portadores de deficiência, negros e índios).

1.6. O Anexo II - Quadro de Provas relaciona o tipo de prova a ser realizada pelos candidatos de cada cargo, as disciplinas associadas a cada prova, a quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina, o total de pontos da disciplina e o mínimo de pontos por disciplina para aprovação.

1.7. O Anexo III - Conteúdos Programáticos descreve o conteúdo programático de cada disciplina.

1.8. O Anexo IV – Cronograma Previsto.

1.9. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília-DF.

2. DOS CARGOS

2.1. Características

2.1.1. Analista do Ministério Público- Área Administrativa.

2.1.1.1. Pré-requisitos: Graduação concluída em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Ciências Econômicas.

2.1.1.2. Descrição sumária das atividades: Fornecer apoio técnico-administrativo e institucional; Planejar, executar, acompanhar e avaliar planos, projetos e programas relativos ao desenvolvimento organizacional; Emitir pareceres, relatórios técnicos ou informações em processos administrativos; Acompanhar processos administrativos de qualquer natureza, inclusive quanto às publicações em Diário Oficial; Colaborar na regularidade do cumprimento dos atos processuais, bem como na observância de prazos; Prestar informações ao público interessado; Operacionalizar equipamentos de dados afetos à área; Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhe sejam atribuídas pela autoridade superior.

2.1.2. Analista do Ministério Público- Área Processual

2.1.2.1. Pré-requisito: Graduação concluída em Direito.

2.1.2.2. Descrição sumária das atividades: Fornecer apoio técnico-jurídico e administrativo; Acompanhar processos administrativos e judiciais de qualquer natureza, inclusive quanto às publicações em Diário Oficial; Colaborar na regularidade do cumprimento dos atos processuais, bem como na observância dos prazos; Emitir pareceres, relatórios técnicos ou informações em processos administrativos; Pesquisar e analisar legislação, doutrina e jurisprudência; Executar trabalhos de natureza técnica, elaborar peças processuais e outros documentos relativos à sua atividade; Prestar informações ao público interessado; Operacionalizar equipamentos de dados afetos à área; Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhe sejam atribuídas pela autoridade superior.

2.1.3. Técnico Administrativo- Área Administrativa

2.1.3.1. Pré-requisitos: Ensino Médio completo, antigo 2o grau, abrangido o curso profissional equivalente

2.1.3.2. Descrição sumária das atividades: Prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam função de suporte; Controlar o recebimento, conferência e distribuição dos processos administrativos; Controlar o recebimento e expedição de malotes; Controlar a distribuição interna de periódicos; Fornecer as certidões requisitadas; Encaminhar à imprensa oficial e/ou privada documentos e atos administrativos

para a devida publicação; Elaborar os relatórios estatísticos; Realizar as diligências; Organizar e manter os cadastros atualizados; Prestar informações em processos administrativos e digitar textos; Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhes sejam atribuídas pela autoridade superior.

2.1.4. Técnico do Ministério Público - Área Notificação e Atos Intimatórios

2.1.4.1. Pré-requisitos: Ensino Médio completo, antigo 2º grau, abrangido o curso profissional técnico equivalente.

2.1.4.2. Descrição sumária das atividades: Realizar citações e intimações pessoais; Expedir certidões; Cumprir as ordens recebidas, através da realização de diligências externas; Entregar a quem de direito as importâncias e bens recebidos em cumprimento das sindicâncias; Digitar textos; Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhe sejam atribuídas pela autoridade superior.

2.2. O regime de trabalho para os candidatos designados será regido pelo Decreto-Lei Estadual nº 2479/79, e Lei Estadual nº 5891/11, suas alterações e legislação complementar.

2.3. A remuneração inicial para os cargos de Analista do Ministério Público será de R\$ 5.143,19 (cinco mil cento e quarenta e três reais e dezenove centavos) e para os cargos de Técnico do Ministério Público será de R\$ 3.157,47 (três mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

- a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e em suas retificações;
- b) ter nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436/72;
- c) ter idade mínima de 18 anos completos;
- d) estar em gozo dos direitos políticos;
- e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- f) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- g) não ter registro de antecedentes criminais, que se mostre, a critério do Ministério Público, incompatível com a natureza do cargo.
- h) ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual concorre;

i) possuir os pré-requisitos exigidos para o cargo, conforme discriminado no item 2 deste Edital;
j) ser moralmente idôneo;

k) ser considerado APTO em todos os exames médicos pré-admissionais a serem realizados pelo MPRJ ou entidade a ele conveniada, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, cuja relação poderá ser obtida no endereço eletrônico www.mp.rj.gov.br, os quais correrão à suas expensas. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este será ELIMINADO.

3.2. Todos os requisitos especificados no subitem 3.1 deste Edital, alíneas “b” a “i”, deverão ser comprovados por meio da apresentação de documento original, juntamente com fotocópia, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não os apresentar, assim como aquele que for considerado INAPTO nos exames médicos pré-admissionais.

3.3. Será vedada a posse de ex-servidor público demitido ou destituído do cargo, nas situações previstas na legislação de regência.

4. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 7.853/89, e no Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04, combinados com a Lei Estadual nº 4285 de 12 de março de 2004, ficam reservados aos candidatos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do total das vagas de cada cargo, conforme discriminado no Anexo I deste Edital,

4.1.1- Se na apuração do número de vagas reservadas a portadores de deficiência, resultar número decimal igual ou maior do que 0,5 (meio) adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

4.2. O candidato portador de deficiência concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concorrência e, ainda, às vagas reservadas aos portadores de deficiência.

4.2.1. O candidato portador de deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos portadores de deficiência.

4.3. Para os fins preconizados no item 4.1, somente serão consideradas como pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas situações previstas na legislação pertinente.

4.3.1 O candidato deverá esta de posse de atestado médico, atualizado, que comprove a deficiência a ser informada no Requerimento de Inscrição, constando o CID e a sua descrição, por ocasião da inscrição no concurso.

4.4. O candidato portador de deficiência, aprovado e classificado na Prova Objetiva, será avaliado pelo Núcleo de Saúde Ocupacional do MPRJ, na cidade do Rio de Janeiro, arcando com as despesas relativas a sua participação nessa avaliação.

4.4.1. O Núcleo de Saúde Ocupacional do MPRJ emitirá parecer conclusivo, observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atribuições para o cargo, a viabilidade das condições de acessibilidade, o ambiente de trabalho e a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize e a Classificação Internacional de Doenças apresentada.

4.4.2. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

4.4.3. A decisão final do Núcleo de Saúde Ocupacional do MPRJ será soberana, definitiva e irretratável.

4.5. O candidato que não for considerado portador de deficiência com direito a concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência pelo Núcleo de Saúde Ocupacional do MPRJ ou que não comparecer no dia, hora e local marcado para realização de sua avaliação, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos portadores de deficiência que iria ocupar, sendo eliminado desta relação específica, permanecendo na relação de candidatos de ampla concorrência classificados no concurso.

4.6. As vagas reservadas a portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público, por contraindicação na perícia médica ou por outro motivo, serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.

4.7. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

5. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS OU ÍNDIOS

5.1. Em cumprimento ao disposto no DECRETO Nº 43.007 DE 06 DE JUNHO DE 2011, que dispõe sobre a reserva de vagas para Negros e Índios nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo e das Entidades da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, ficam reservados aos candidatos índios e negros 20% (vinte por cento) do total das vagas de cada cargo, conforme discriminado no Anexo I deste Edital.

5.2. O candidato Negro ou Índio concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concorrência e, ainda, às vagas reservadas.

5.2.1. O candidato Negro ou Índio, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas reservadas.

5.3. Para os fins preconizados no item 5.1, somente serão consideradas como pessoas negras ou índias aquelas que firmarem declaração quando da realização da inscrição.

5.4. As vagas reservadas a Negros e Índios que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou por outro motivo, serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

6.2. As inscrições serão realizadas, exclusivamente, via Internet, pelo site www.fujb.ufrj.br/mprij.

6.2.1- Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, será disponibilizado um local de apoio na Avenida Marechal Câmara, nº 370 – Centro – Rio de Janeiro, RJ, respeitado o estabelecido nos subitens 6.10 e 6.11 deste Edital.

6.3. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

6.4. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de Analista do Ministério Público (Áreas Administrativa e Processual) e Técnico do Ministério Público (Áreas Administrativa e Notificação e Atos Intimatórios) será de R\$ 60,00 (sessenta reais).

6.4.1. O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.4.2. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado obrigatoriamente por intermédio do boleto bancário gerado no ato da inscrição.

6.4.3. Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

6.4.4. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado obrigatoriamente até o primeiro dia subsequente ao último dia de inscrição, conforme o prazo estabelecido nos subitens 6.10.1 e 6.11.1 deste Edital.

6.4.5. A inscrição cujo pagamento não for creditado até o primeiro dia útil posterior ao último dia de inscrição, conforme o prazo estabelecido nos subitens 6.10.1 e 6.11.1 deste Edital, não será aceita.

6.4.6. Caso o pagamento da taxa de inscrição seja realizado por meio de cheque que seja devolvido por qualquer motivo, a inscrição do candidato não será aceita, podendo o a DPG_CCMN/UFRJ tomar as medidas legais cabíveis.

6.5. Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, via correio eletrônico ou fora do prazo.

6.5.1. O pagamento da taxa de inscrição posterior ao período estabelecido nos subitens 6.10.1 deste Edital será considerado como inscrição fora do prazo.

6.6. Ao preencher o Requerimento de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar, nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Concurso Público:

- a) o nome do cargo, para o qual deseja concorrer, com base no item 2 e Anexo I deste Edital;
- b) a cidade onde deseja preferencialmente realizar a prova, entre as apresentadas.

6.7. O candidato poderá se inscrever para concorrer a mais de um cargo, observando o seguinte:

a) no caso de uma inscrição em cargo de Nível Superior e outra inscrição em cargo de Nível Médio não há restrição, uma vez que as provas se realizarão em dias diferentes, não existindo a obrigatoriedade por parte da DPG_CCMN/UFRJ em alocar o candidato para realização de ambas as provas em um mesmo local.

b) no caso de duas inscrições para cargos de mesmo Nível:

b.1) para os cargos de Analista, no dia da prova, o candidato deverá optar por concorrer a um único cargo e comparecer ao local e sala correspondente à sua opção, tendo em vista que as duas provas serão aplicadas no mesmo horário;

b.2) para os cargos de Técnico, no dia da prova, o candidato deverá estar atento para o horário da sua aplicação, tendo em vista que a DPG_CCMN/ UFRJ poderá realizar a aplicação das provas no mesmo horário para os dois cargos ou em horários distintos para cada um dos cargos.

Caso as provas sejam aplicadas no mesmo horário, o candidato deverá optar por concorrer a um único cargo e comparecer ao local e sala correspondente à sua opção. Nesse caso o candidato não poderá reclamar de qualquer impedimento para que possa participar das duas provas.

6.8. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a DPG_CCMN /UFRJ do direito de eliminá-lo do Concurso Público se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como se constatado posteriormente serem essas informações inverídicas.

6.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

6.10. Inscrição via Internet

6.10.1. Será aceito pedido de inscrição via Internet, através do endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mpri, no período compreendido entre 10 horas do dia 08 de setembro e 24 h do dia 11 de outubro de 2011.

6.10.2. O candidato que optar pela realização da inscrição via Internet deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário, obtido no próprio endereço eletrônico, pagável em qualquer agência bancária ou por intermédio de qualquer “internet banking”. O pagamento poderá ser feito após a geração e impressão do boleto bancário (opção

disponível após o preenchimento e envio do Requerimento de Inscrição). O boleto bancário a ser utilizado para efetuar o pagamento da taxa de inscrição deve ser aquele associado ao Requerimento de Inscrição enviado.

6.10.3. As orientações e procedimentos a serem seguidos para realização da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mprj.

6.11. Inscrição do candidato portador de deficiência

6.11.1. O candidato deverá cumprir o disposto no subitem 6.10 e quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência deverá indicar sua opção no campo apropriado a este fim.

6.12. Inscrição do candidato Negro ou Índio

6.12.1. O candidato deverá cumprir o disposto no subitem 6.10 e quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato que desejar concorrer às vagas reservadas deverá indicar sua opção no campo apropriado a este fim.

6.13. Inscrição isenta do pagamento da taxa

6.13.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para atender o disposto no artigo 72 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, e no art. 3º, parágrafo único, da Lei 2.913, de 30/03/98, para os candidatos cuja renda familiar máxima corresponda a 300 UFIR-RJ.

6.13.2. A isenção de taxa tratada neste Edital deve ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo: indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e, declaração de que é membro de família de baixa renda.

6.13.3. A DPG_CCMN/UFRJ disponibilizará o Requerimento de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, na página do concurso, no período estabelecido no cronograma previsto - Anexo IV deste edital.

6.13.4. O resultado da análise da solicitação apresentada será informado na página do Concurso, no período informado no Anexo IV.

6.13.5. O candidato que desejar solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período informado no cronograma, deverá preencher o Requerimento de Inscrição, indicando que deseja solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição.

6.13.5.1. Neste caso, não será apresentado o boleto bancário para pagamento após o envio do Requerimento de Inscrição.

6.13.6. Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax e/ou correio eletrônico.

6.13.7. O Requerimento de Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição enviado eletronicamente será analisado pela DPG_CCMN/UFRJ, que decidirá sobre a concessão ou não ao candidato da isenção do pagamento da taxa de inscrição, não cabendo vista nem recurso desta decisão em tempo algum ou por qualquer motivo.

6.13.8. Constatada qualquer inveracidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será fato para o cancelamento da inscrição, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar-se o candidato às penalidades previstas em lei.

6.13.9. O candidato com pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá efetuar sua inscrição bastando para tal solicitar a impressão do boleto bancário para pagamento na página do concurso e efetuar o pagamento do mesmo.

6.13.10. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida, não necessitará efetuar nova inscrição, pois o Requerimento de Inscrição encaminhado será considerado.

6.13.11. O Requerimento de Inscrição deverá estar devidamente preenchido, sujeitando-se este preenchimento às considerações e regras estabelecidas neste Edital.

6.14. Em obediência ao art. 39, inciso III, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, haverá adaptação das provas, conforme a deficiência do candidato.

6.14.1. O candidato que necessitar de condição(ões) especial(ais) para realização da prova, portador ou não de deficiência, no ato da inscrição, deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita para o dia da prova, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova.

6.14.2. O candidato portador de deficiência visual total deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, a necessidade de realizar a prova com o auxílio de um leitor. Neste caso, o leitor transcreverá as respostas para o candidato, não podendo a DPG_CCMN /UFRJ ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo leitor.

6.14.3. O candidato amblíope deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se deseja que a prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova ampliada para formato A3.

6.14.4. O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

6.14.5. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a DPG_CCMN /UFRJ ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

6.14.6. O candidato deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, caso não seja nenhuma das mencionadas nos subitens 6.14.2. ao 6.14.5. deste Edital.

6.14.7. A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante, que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não tendo a candidata, nesse momento, a companhia do acompanhante, além de não ser dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6.14.8. As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

6.15. O candidato somente será considerado inscrito neste Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

6.16. A DPG_CCMN /UFRJ não se responsabiliza por pedido de inscrição não recebido por fatores de ordem técnica que prejudiquem os computadores ou impossibilitem a transferência dos dados, falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação.

6.17. O comprovante de pagamento da taxa de inscrição deve ser guardado pelo candidato.

7. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1. As informações referentes a data, horário, tempo de duração e local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), cargo para o qual concorre à vaga, cidade onde realizará a prova e tipo de vaga escolhida pelo candidato (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para portadores de deficiência, negros ou índios), assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis a partir do dia 10 de novembro de 2011 no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mpri.

7.2. Caso o candidato não tenha sua inscrição confirmada ou constate divergências entre as informações obtidas por intermédio das formas descritas no subitem 7.1 deste Edital e o Requerimento de Inscrição, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da DPG_CCMN /UFRJ, pelo telefone (21) 4063-4101, no horário das 9h às 17h (horário da cidade do Rio de Janeiro), impreterivelmente até o dia 14 de novembro de 2011

7.3. Havendo divergências entre as informações obtidas por intermédio das formas descritas no subitem 7.1 deste Edital e o Requerimento de Inscrição, prevalecerá o constante deste último.

7.4. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo os dados constantes do Cartão de Confirmação de Inscrição.

7.5. Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia de realização das provas, na sala de prova, junto ao fiscal.

7.6. Não é necessária a apresentação, no dia de realização das provas, de nenhum documento que comprove a localização do candidato no estabelecimento de realização de prova, bastando

que o mesmo se dirija ao local designado. No entanto, recomenda-se que o candidato imprima e leve consigo o Cartão de Confirmação de Inscrição.

7.7. É de responsabilidade do candidato a obtenção de informações referentes à realização das provas.

8. DA PROVA

8.1. O Concurso Público será composto de Prova Objetiva, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

8.2. A Prova Objetiva será composta de questões do tipo múltipla escolha.

8.3. Cada questão conterà 5 (cinco) opções e somente uma correta.

8.4. A quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina, o total de pontos da disciplina e o mínimo de pontos por disciplina estão descritos no Anexo II deste Edital.

8.5. Os conteúdos programáticos estão disponíveis no Anexo III deste Edital.

9. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A Prova Objetiva será realizada nas cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Angra dos Reis, Volta Redonda, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes, ou em cidades vizinhas a estas em função da disponibilidade de locais para realização da prova, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, data, local e hora, considerando-se o horário da cidade do Rio de Janeiro. A data provável para realização das provas será informada no cronograma constante no Cronograma Previsto – Anexo IV.

9.2. A data definitiva de realização das provas será informada no endereço eletrônico www.fujb.ufrrj.br/mprrj, cabendo ao candidato acompanhar a sua divulgação.

9.2.1. A Prova Objetiva será realizada em 2 (dois) dias sendo que em um deles realizar-se-á a prova para os candidatos aos cargos de Analista do Ministério Público, Áreas Administrativa ou Processual e em outro para os candidatos aos cargos de Técnico Administrativo e Técnico de Notificação e Atos Intimatórios.

9.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para o fechamento dos portões de acesso ao local de prova, munido de caneta esferográfica de tinta indelével preta ou azul e de documento oficial e original de identidade, contendo fotografia e assinatura. Será exigida a apresentação do documento original, não sendo aceitas fotocópias, ainda que autenticadas.

9.3.1. Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, Secretarias de Segurança, Corpos de Bombeiros, Polícias Militares e órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaportes; carteiras

funcionais do Ministério Público e Magistratura; carteiras expedidas por órgão público que, por Lei Federal, tenham valor de identidade; e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo novo, com foto).

9.3.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura.

9.3.2.1. O candidato será submetido a identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.

9.3.3. O candidato que não apresentar documento oficial de identidade não realizará as provas.

9.3.3.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento oficial de identidade, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que comprove o registro do fato em órgão policial, expedido no máximo há 30 (trinta) dias, sendo o candidato submetido a identificação especial.

9.4. Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada para a prova. O não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

9.5. É vedado ao candidato prestar as provas fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Concurso Público.

9.6. Não será permitido ao candidato entrar no local de realização da prova após o horário previsto para o fechamento dos portões.

9.7. Não será permitido entrar na sala de prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, mp3, mp4, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, etc.). Caso o candidato leve alguma arma e/ou algum aparelho eletrônico, estes deverão ser guardados em sacos plásticos, que deverão ser lacrados e somente poderão ser abertos após sua saída do local de prova.

9.7.1. O DPG_CCMN /UFRJ e o MPRJ não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

9.7.2. O descumprimento do descrito no subitem 9.7 deste Edital implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

9.8. Da prova

9.8.1. Após a verificação do documento de identificação, o candidato receberá do fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva.

9.8.1.1. O candidato deverá conferir as informações contidas no cartão de respostas e assinar seu nome em local apropriado.

9.8.1.1.1. É responsabilidade e obrigatoriedade do candidato assinar o cartão de respostas e copiar a frase impressa na área definida.

9.8.1.2. Caso o candidato identifique erros durante a conferência das informações contidas no cartão de respostas, estes deverão ser informados imediatamente ao fiscal de sala.

9.8.1.2.1. Não será permitida a alteração de cargo para o qual concorre ou tipo de vaga escolhida (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada a portadores de deficiência, negros ou índios), seja qual for o motivo alegado.

9.8.1.3. Utilizando caneta esferográfica de tinta indelével preta ou azul, o candidato deverá preencher o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica. Não haverá substituição do cartão de respostas, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas na capa de prova.

9.8.1.4. Será atribuída NOTA ZERO à questão da Prova Objetiva que não corresponder ao gabarito oficial ou que contiver emenda, rasura, nenhuma ou mais de uma resposta assinalada;

9.8.1.5. É obrigação do candidato, conferir se o gabarito impresso na capa do caderno de questões corresponde ao gabarito impresso em seu cartão de respostas. Caso haja divergência, o ato deverá ser notificado ao fiscal da sala para sua correção e registro em ata.

9.9. Por motivo de segurança, os procedimentos a seguir serão adotados:

a) a DPG_CCMN /UFRJ poderá proceder, no ato da aplicação da prova, à coleta da impressão digital de cada candidato;

b) após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

c) somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão de respostas e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, que será lavrado pelo Coordenador do local;

d) não será permitido ao candidato levar o caderno de questões;

e) o candidato somente poderá copiar seus assinalamentos feitos no cartão de respostas na área reservada para este fim, disponível na última página do caderno de questões. Somente esta parte poderá ser levada pelo candidato;

f) ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu caderno de questões e o seu cartão de respostas preenchido e assinado, ressalvado o disposto na alínea "e", exigindo a assinatura na lista de presença;

g) os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.

9.10. Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) chegar ao local de prova após o fechamento dos portões ou comparecer para a realização da prova em local diferente do designado;

b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada;

- c) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, mp3, mp4, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, etc.), quer seja na sala ou nas dependências do seu local de prova;
- d) utilizar-se de livros, códigos, impressos, máquinas calculadoras e similares, pagers, telefones celulares ou qualquer tipo de consulta durante o período de realização de sua prova, quer seja na sala ou nas dependências do seu local de prova;
- e) fazer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- f) desrespeitar membro da equipe de fiscalização, assim como o que perturbar a ordem e a tranquilidade necessária à realização da prova;
- g) descumprir qualquer das instruções contidas na capa da prova;
- h) não realizar a prova ou ausentar-se da sala sem autorização, após ter assinado a lista de presença, portando ou não o cartão de respostas;
- i) for flagrado copiando seus assinalamentos feitos no cartão de respostas em desacordo com o subitem 9.9. alínea e;
- j) não devolver o caderno de questões ou o cartão de respostas;
- k) deixar de assinar o cartão de respostas ou a lista de presença;
- l) não permitir a coleta da sua impressão digital;
- m) não atender às determinações do presente Edital e de seus Anexos;
- n) quando, após a prova, for constatado - por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou qualquer meio em Direito admitido - ter o candidato se utilizado de meios ilícitos.

10. DOS RECURSOS

10.1. No caso da Prova Objetiva, admitir-se-á, para cada candidato, um único recurso por questão, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado e instruído com material bibliográfico.

10.1.1. Após o julgamento dos recursos interpostos, a banca examinadora poderá efetuar alterações ou anular questões do gabarito preliminar. Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não obtiveram os pontos na correção inicial.

10.1.2. Após o julgamento dos recursos, na hipótese de alteração do gabarito de alguma questão, a Prova Objetiva será recorreída com o novo gabarito

10.2. No caso do resultado preliminar da Prova Objetiva, admitir-se-á o pedido de recontagem da pontuação atribuída.

10.3. O candidato deverá preencher 1 (um) Formulário de Recurso para cada questão recorrida, no caso de recurso da Prova Objetiva.

10.4. O Formulário de Recurso poderá ser encontrado no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mprj.

10.5. O recurso deverá ser interposto dentro do período previsto no cronograma previsto – Anexo IV, via rede Internet, no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mprj, conforme instruções nele constantes, até as 17h, do último dia do período previsto no cronograma.

10.6. Será indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

10.7. O resultado dos recursos e as alterações de gabaritos da Prova Objetiva, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, estarão à disposição dos candidatos no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mprj.

10.8. A decisão final da Banca Examinadora será soberana, definitiva e irrecurável.

11. DO RESULTADO FINAL DA PROVA

11.1. Os candidatos considerados aprovados na Prova Objetiva serão ordenados e classificados dentro do cargo e tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para portadores de deficiência), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota da Prova Objetiva.

11.2. Em caso de igualdade na nota final da Prova Objetiva, para fins de classificação, para os candidatos ao cargo de Analista do Ministério Público - Área Administrativa, o desempate far-se-á da seguinte forma:

- 1o) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição;
- 2o) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- 3o) maior pontuação na soma das questões de Organização do Ministério Público, Direito Constitucional e Direito Administrativo;
- 4o) maior pontuação nas questões de Noções de Informática;
- 5o) maior idade.

11.3. Em caso de igualdade na nota final da Prova Objetiva, para fins de classificação, para os candidatos ao cargo de Analista do Ministério Público - Área Processual, o desempate far-se-á da seguinte forma:

- 1o) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição;
- 2o) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- 3o) maior pontuação na soma das questões de Organização do Ministério Público, Direito Penal e Processual, Direito Público - Administrativo e Constitucional e Direito Privado - Civil e Processual Civil;
- 4o) maior pontuação nas questões de Noções de Informática;

5o) maior idade.

11.4. Em caso de igualdade na nota final da Prova Objetiva, para fins de classificação, para os candidatos ao cargo de Técnico do Ministério Público - Área Administrativa, o desempate far-se-á da seguinte forma:

1o) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição;

2o) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;

3o) maior pontuação na soma das questões de Organização do Ministério Público, Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Processual Civil;

4o) maior pontuação nas questões de Noções de Informática;

5o) maior idade.

11.5. Em caso de igualdade na nota final da Prova Objetiva, para fins de classificação, para os candidatos ao cargo de Técnico do Ministério Público - Área Notificações e Atos Intimatórios, o desempate far-se-á da seguinte forma:

1o) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição;

2o) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;

3o) maior pontuação na soma das questões de Organização do Ministério Público, Noções de Direito Constitucional, Noções de Direito Processual Penal, Noções de Direito Processual Civil e Noções de Direito Administrativo;

4o) maior pontuação nas questões de Noções de Informática;

5o) maior idade.

12. DA DESIGNAÇÃO E EXERCÍCIO

12.1. O resultado final da Prova Objetiva será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e estará disponível no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mpri.

12.2. Os candidatos aprovados na Prova Objetiva, obedecendo à estrita ordem de classificação por cargo, serão convocados para realização de exames médicos pré-admissionais e apresentação de documentação, por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR) ou telegrama e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

12.2.1. O candidato convocado que não se apresentar no local e prazos estabelecidos, deixar de fornecer a documentação exigida ou for considerado INAPTO nos exames médicos pré-admissionais será eliminado do Concurso Público.

12.2.2. O candidato convocado efetuará a escolha do local de lotação, dentre as vagas oferecidas pelo MPRJ, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não efetuar a opção.

12.3. Quando da apresentação da documentação, todos os pré-requisitos deverão estar atendidos, conforme estabelecido no subitem 3.1 deste Edital.

12.3.1. Os seguintes documentos originais devem ser apresentados:

- a) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já cadastrado;
- b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Cédula de Identidade;
- d) Título de Eleitor com o comprovante de votação ou justificativa de ausência na última eleição;
- e) Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- f) Certidão de Nascimento, se solteiro, Certidão de Casamento, se casado ou declaração de união estável;
- g) Certidão de Nascimento dos filhos;
- h) Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal ou de isenção, relativa ao último exercício fiscal;
- i) Duas fotos 3x4, recentes e coloridas;
- j) Comprovante de residência atual.

12.4. Quando da apresentação da documentação, será efetuada a coleta da impressão digital do candidato, para comparação com a colhida no dia da prova. Caso seja constatada divergência entre ambas, o candidato será eliminado do Concurso, constituindo tentativa de fraude.

12.5. A aprovação e classificação não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele admitido segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Administração. O MPRJ reserva-se o direito de proceder às designações em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades.

12.6. Caberá ao candidato designado para o preenchimento de vaga em localidade diversa de seu domicílio, arcar com as despesas de sua transferência.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O candidato poderá obter informações e orientações sobre o Concurso Público, tais como Editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultados das provas, resultados dos recursos, convocações e resultado final da Prova Objetiva no endereço eletrônico www.fujb.ufrj.br/mprij.

13.2. Editais, avisos, atos, convocações, resultados e a homologação do resultado do Concurso Público, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I-A (Ministério Público).

13.3. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo, para esse fim, a publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

13.4. O candidato convocado poderá, a critério do MPRJ, ser designado para exercer suas atividades em qualquer Município do Estado do Rio de Janeiro.

13.5. O servidor só poderá pedir remoção do local onde foi lotado para outro Município do Estado do Rio de Janeiro depois de decorridos 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, cujo atendimento ficará a critério do MPRJ.

13.6. Na Prova Objetiva, serão consideradas a legislação atualizada e as alterações em dispositivos legais e normativos até a data da publicação deste Edital.

13.7. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de homologação, podendo ser prorrogado a critério do MPRJ.

13.8. Todas as informações após o resultado final da Prova Objetiva deverão ser obtidas no MPRJ.

13.9. Os candidatos aprovados na Prova Objetiva devem manter atualizados seus endereços junto à Diretoria de Recursos Humanos do MPRJ, unicamente por meio de correspondência, via SEDEX, a ser encaminhada para Avenida Marechal Câmara, 370, 3o andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20020-080, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

13.10. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso do MPRJ e pela Diretoria de Planejamento e Gestão do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no que tange à realização deste Concurso Público.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2011.

Carlos Antonio Navega

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso.

Anexo I - Quadro de Vagas

Cargo	Total	Ampla concorrência	Portadores de deficiência	Negros e Índios
Analista do Ministério Público: Área Administrativa	15	11	1	3
Analista do Ministério Público: Área Processual	14	10	1	3
Técnico do Ministério Público: Área Administrativa	120	90	6	24
Técnico do Ministério Público: Área Notificação e Atos Intimatórios	6	4	1	1
Total	155	115	9	31

Anexo II - Quadro de Provas

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Analista do MP: Área Administrativa	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,00	35,00	16,00
		Noções de Informática	5	1,00	5,00	1,00
		Organização do Ministério Público	20	1,00	20,00	10,00
		Direito Constitucional	20	1,00	20,00	10,00
		Direito Administrativo	20	1,00	20,00	10,00

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Analista do MP: Área Processual	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,00	35,00	18,00
		Noções de Informática	5	1,00	5,00	1,00
		Organização do Ministério Público	15	1,00	15,00	8,00
		Direito Penal e Processual	15	1,00	15,00	8,00
		Direito Público - Administrativo e Constitucional	15	1,00	15,00	8,00
		Direito Privado - Civil e Processual Civil	15	1,00	15,00	8,00

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Técnico do MP: Área Administrativa	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,25	43,75	22,5
		Noções de Informática	5	1,25	6,25	1,25
		Organização do Ministério Público	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Constitucional	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Administrativo	10	1,25	12,50	6,25

Cargo	Tipo de Prova	Disciplina	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Total de Pontos	Mínimo de Pontos por Disciplina para Aprovação
Técnico do MP: Área Notificação e Atos Intimatórios	Objetiva	Língua Portuguesa	35	1,25	43,75	22,5
		Noções de Informática	5	1,25	6,25	1,25
		Organização do Ministério Público	15	1,25	18,75	10,00
		Noções de Direito Constitucional e Administrativo	10	1,25	12,50	6,25
		Noções de Direito Processual Civil e Processual Penal	15	1,25	18,75	10,00

Anexo III – Conteúdos Programáticos

Língua Portuguesa (comum a todos os cargos)

1. Compreensão e interpretação de textos;
2. Conhecimento das estruturas específicas dos modos de organização discursiva;
3. Valor semântico das palavras e expressões contidas nos textos;
4. Sentido figurado: metáfora e metonímia;
5. Coesão e coerência;
6. Reescrita de textos: síntese, ampliações, uso dos conectivos, discurso direto e indireto;
7. Ortoepia e prosódia;
8. Ortografia: emprego das letras, acentuação gráfica, divisão silábica;
9. Classes de palavras;
10. Emprego do pronome relativo;
11. Flexão nominal: gênero, número e graus dos nomes;
12. Flexão verbal: conjugação dos verbos regulares, irregulares, auxiliares, tempos compostos, locuções verbais, vozes verbais;
13. Sintaxe de concordância e regência: nominal e verbal;
14. O fenômeno da crase;
15. Termos da oração;
16. Sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos;
17. Pontuação;
18. Semântica: sinonímia, antonímia, paronímia e homonímia;
19. Aferição quanto ao uso pelo candidato dos padrões aceitos como corretos no registro culto do idioma.

Noções de Informática (comum a todos os cargos)

1. Internet

- 1.1. Fundamentos;
- 1.2. E-mails;
- 1.3. Browsers: Internet Explorer/Mozilla Firefox;
- 1.4. Conteúdo da Internet;
- 1.5. Comunidades Virtuais – listas, chats e outros;
- 1.6. Navegação Segura;
- 1.7. Web 2.0 e aplicativos on-line;
- 1.8. Comunicação.

2. Word

- 2.1. Manipulação de documentos;
- 2.2. Formatação e edição;
- 2.3. Tabelas e listas;
- 2.4. Ortografia e idioma;
- 2.5. Formulários e caixas de diálogo;
- 2.6. Manipulação de documentos extensos;
- 2.7. Mala direta.

3. Excel

- 3.1. Manipulação de planilhas e pastas;
- 3.2. Fórmulas e funções;
- 3.3. Manipulação e apresentação de dados;
- 3.4. Gráficos e desenhos;
- 3.5. Importação e exportação de dados;
- 3.6. Proteção de planilhas e dados;
- 3.7. Tabelas dinâmicas.

Organização do Ministério Público (comum a todos os cargos)

1. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988: princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais;
2. Organização do Ministério Público: Lei nº 8625/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e Lei Complementar nº 113/06;
3. Regime Jurídico dos servidores do Ministério Público: Decreto-Lei Estadual 220/75 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro); Decreto Estadual 2.479/79 (Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis); Lei nº 5891/2011 - que dispõe sobre o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
4. Lei Estadual 5.260/08 – dispõe sobre o regime de previdência de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Cargo de Analista: Área Administrativa

Direito Constitucional

1. Constituição (conceitos, classificação e supremacia); Princípios Constitucionais;
2. Os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário e as funções essenciais à justiça;
3. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);

4. A Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária (Tribunais de Contas);
5. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual – Princípios institucionais;
6. Controle de Constitucionalidade;
7. Interpretação e hermenêutica constitucional;
8. Ordem econômica e financeira.

Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
3. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
4. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
5. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
6. Restrições do Estado sobre a propriedade privada;
7. Serviços Públicos;
8. Responsabilidade Extracontratual do Estado;
9. Controle da Administração Pública;
10. Mandado de Segurança;
11. Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

Cargo de Analista: Área Processual

Direito Penal

1. Conceito do Direito Penal. Fontes do Direito Penal;
2. Interpretação da Lei Penal. Da Analogia;
3. Da Aplicação da Lei Penal. Do Princípio da Legalidade. Âmbito de Eficácia da Lei Penal. Âmbito de Eficácia Temporal da Lei Penal. Eficácia da Lei Penal no Espaço;
4. Conceito de Crime. Análise e Caracteres do Crime sob o aspecto formal. Do Sujeito Ativo do Crime. Do Sujeito Passivo do Crime;
5. Da Classificação das Infrações Penais. Da Qualificação Legal e Doutrinária dos Crimes;
6. Do Fato Típico. Da Conduta. Do Resultado. Da Relação de Causalidade. Teoria do Crime Doloso. Teoria do Crime Culposos. O Crime Preterdoloso;
7. Do Crime Consumado. Da Tentativa. Do Arrependimento Posterior. Do Crime Impossível;
8. Da Antijuridicidade. Das excludentes de antijuridicidade;
9. Do Concurso de Pessoas;

10. Da Culpabilidade. Da Imputabilidade. Da Potencial Consciência da Antijuridicidade. Da Exigibilidade da Conduta Diversa. Das Causas de Exclusão da Culpabilidade;
11. Da Sanção Penal. Das Penas Privativas de Liberdade. Das Penas Restritivas de Direitos. Da Pena de Multa. Das Medidas de Segurança;
12. Do Concurso de Crimes;
13. Da Suspensão Condicional da Execução da Pena (SURSI);
14. Do Livramento Condicional;
15. Da Extinção de Punibilidade. Causas Extintivas da Punibilidade;
16. Crimes contra Pessoa;
17. Crimes contra o Patrimônio;
18. Crimes contra a Dignidade Sexual;
19. Crimes contra a Honra;
20. Crimes contra a Fé Pública;
21. Crimes contra a Administração Pública;
22. Crimes contra a Administração da Justiça;
23. Lei n.º 4.898/65 (Abuso de Autoridade);
24. Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal);
25. Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
26. Lei n.º 8.072/90 (Crimes Hediondos);
27. Lei n.º 8.666/93 (Crimes de Licitação);
28. Lei n.º 9.034/95 (Crime Organizado);
29. Lei n.º 9.455/97 (Lei de Tortura);
30. Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
31. Lei n.º 9.605/98 (Meio Ambiente);
32. Lei n.º 9.613/98 (Lavagem de Capitais);
33. Lei n.º 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento);
34. Lei n.º 11.340/06 (Violência Doméstica);
35. Lei n.º 11.343/06 (Lei de Tóxicos).

Direito Processual Penal

1. Sistemas processuais penais. Princípios processuais penais;
2. Aplicação e interpretação da lei processual;
3. Persecução penal. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público. Investigação defensiva;
4. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;
5. Condições da Ação. Pressupostos processuais;

6. A Ação Penal. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Ação Penal privada Subsidiária da Pública;
7. Competência. Jurisdição;
8. Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Interceptação telemática. Escuta ambiental;
9. Efeitos civis da sentença penal. Reparação do dano *ex delicto*. Ação civil e execução civil da sentença penal;
10. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Imputado. Defensor. Assistente de acusação. Peritos. Assistentes técnicos;
11. Questões e processos incidentes;
12. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação;
13. Teoria geral do procedimento. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01). Procedimento dos Crimes Dolosos Contra a Vida. Procedimento da Lei de Violência Doméstica (Lei nº 11.340/06);
14. Nulidades;
15. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Liberdade; Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11); Medidas cautelares reais;
16. Decisão. Sentença Penal. Despacho. Princípio da correlação entre a acusação e sentença. Aditamento. Coisa julgada;
17. Teoria geral dos recursos. Princípios básicos. Recursos em espécie;
18. Ações autônomas de impugnação;
19. Execução penal. Conceitos básicos;
20. Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores;
21. Identificação criminal.

Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
3. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
4. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
5. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
6. Restrições do Estado sobre a propriedade privada;
7. Serviços Públicos;
8. Responsabilidade Extracontratual do Estado;

9. Controle da Administração Pública;
10. Mandado de Segurança;
11. Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

Direito Constitucional

1. Constituição (conceitos, classificação e supremacia); Princípios Constitucionais;
2. Os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário e as funções essenciais à justiça;
3. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
4. A Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária (Tribunais de Contas);
5. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual – Princípios institucionais;
6. Controle de Constitucionalidade;
7. Interpretação e hermenêutica constitucional;
8. Ordem econômica e financeira.

Direito Civil

1. As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma;
2. Aplicação da lei no tempo e no espaço. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos;
3. Prescrição e decadência;
4. Pessoa física. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade;
5. Pessoas jurídicas. A empresa e o estabelecimento comercial;
6. Do Domicílio;
7. Os bens. Prestações, títulos e direitos. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Bem de família;
8. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores;
9. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigação indivisível. Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão;
10. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Compose;
11. Do Estatuto da Terra. Do Parcelamento do Solo. Usucapião. Registros Públicos. Finalidade. Efeitos do registro público;

12. A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica;
13. Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Casamento: celebração e provas. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular;
14. Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Separação judicial;
15. Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos;
16. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso;
17. União Estável: Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro;
18. Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais;
19. Direitos autorais: direitos do autor;
20. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor;
21. Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade. Lei 8560/92;
22. Adoção: conceito. Adoção no Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente;
23. Poder familiar, Tutela e Guarda. Poder familiar. Exercício do poder familiar. Tutela. Efeitos da tutela. Alienação Parental. Lei 12.318/2010. Ausência;
24. Curatela: noções gerais. Espécies de curatela;
25. Estatuto da Criança e do Adolescente;
26. Ato ilícito. Responsabilidade civil. Seguro;
27. Estatuto do Idoso.

Direito Processual Civil

1. Direito Processual Civil. Fontes do Direito Processual Civil brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência;
2. Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça;
3. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Atos Processuais;
4. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à Justiça;
5. Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada;

6. Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
7. Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação judicial e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8.560/92;
8. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho;
9. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais;
10. Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela;
11. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento;
12. Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Liquidação. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal;
13. Recursos. Disposições gerais. Requisitos de Admissibilidade. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Recursos em espécie;
14. Apelação. Agravo. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Súmula Vinculante. Reclamação;
15. Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum;
16. Estatuto da Criança e do Adolescente;
17. Estatuto do Idoso.

Cargo de Técnico: Área Administrativa

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e deveres fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos; garantias constitucionais individuais, garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Princípios Constitucionais;
2. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
3. Poder Judiciário: disposições gerais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais e Juízes dos Estados;
4. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual;
5. Interpretação e hermenêutica constitucional.

Noções de Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Da Administração Pública: direta e indireta;

3. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
4. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
5. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
6. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
7. Serviços Públicos;
8. Controle da Administração Pública.

Cargo de Técnico: Área Notificação e Atos Intimatórios

Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e deveres fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos; garantias constitucionais individuais, garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Princípios Constitucionais;
2. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública (Constituição Federal e Constituição Estadual);
3. Poder Judiciário: disposições gerais, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais e Juízes dos Estados;
4. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual;
5. Interpretação e hermenêutica constitucional.

Noções de Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo;
2. Da Administração Pública: direta e indireta;
3. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos;
4. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei 8.666/93;
5. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; a chamada prescrição Administrativa;
6. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos;
7. Serviços Públicos;
8. Controle da Administração Pública.

Noções de Direito Processual Civil

1. Direito Processual Civil. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência;
2. Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça;
3. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Dos atos processuais;
4. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à Justiça.

Noções de Direito Processual Penal

1. Sistemas processuais penais. Princípios processuais penais;
2. Aplicação e interpretação da lei processual;
3. Persecução penal. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal. Investigação criminal direta pelo Ministério Público;
4. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação;
5. Condições da Ação. Pressupostos processuais;
6. A Ação Penal. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Ação Penal privada Subsidiária da Pública;
7. Competência. Jurisdição;
8. Prova. Teoria Geral e Admissibilidade da Prova. Meios de prova. Provas em espécie;
9. Sujeitos do processo;
10. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação;
11. Teoria geral do procedimento. Procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01). Procedimento dos Crimes Dolosos Contra a Vida. Procedimento da Lei de Violência Doméstica (Lei nº 11.340/06);
12. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Liberdade; Medidas cautelares pessoais diversas da prisão (Lei nº 12.403/11); Medidas cautelares reais;
13. Decisão. Sentença Penal. Despacho. Princípio da correlação entre a acusação e sentença. Aditamento. Coisa julgada;
14. Teoria geral dos recursos. Princípios básicos. Recursos em espécie;
15. Execução penal. Conceitos básicos.

Anexo IV – Cronograma Previsto

Evento	Data Prevista
Publicação do Edital	05 de setembro
Inscrições	08 de setembro até 11 de outubro
Pedido de solicitação da isenção do pagamento da taxa de inscrição	08 até 12 de setembro
Divulgação do resultado dos pedidos de isenção do pagamento	20 de setembro
Divulgação da homologação das inscrições	18 de outubro
Prazo para envio do e-mail para comprovação do pagamento da taxa de inscrição, nos casos de indeferimento da inscrição	18 até 21 de outubro
Consulta/Impressão do Cartão de Confirmação de Inscrição	10 até 19 de novembro
Aplicação da prova para Analista do Ministério Público	20 de novembro
Divulgação dos gabaritos das provas objetivas de Analista do Ministério Público	21 de novembro
Interposição de recursos contra os gabaritos da prova para Analista do Ministério Público	21 até 23 de novembro
Aplicação da prova para Técnico do Ministério Público	27 de novembro
Divulgação dos gabaritos das provas objetivas de Técnico do Ministério Público	28 de novembro
Interposição de recursos contra os gabaritos da prova para Técnico do Ministério Público	28 até 30 de novembro
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos e dos gabaritos definitivos da prova para Analista do Ministério Público	29 de novembro
Divulgação do resultado das provas objetivas para Analista do Ministério Público	30 de novembro
Interposição de recursos contra o resultado das provas para Analista do Ministério Público	30 de novembro até 02 de dezembro
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos e dos gabaritos definitivos da prova para Técnico do Ministério Público	05 de dezembro
Divulgação do resultado das provas objetivas para Técnico do Ministério Público	06 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso para Analista do Ministério	06 de dezembro

Público	
Interposição de recursos contra o resultado das provas para Técnico do Ministério Público	06 até 08 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso para Técnico do Ministério Público	12 de dezembro
Publicação do resultado final do concurso no Diário Oficial	14 de dezembro